

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

RECURSO :

ILUSTRÍSSIMA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO

RECURSO ADMINISTRATIVO EM PREGÃO ELETRÔNICO

Ref. Pregão Eletrônico nº: PE 064/2023

Recorrente: R. P. AZEVEDO SERVIÇOS E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA

R. P. AZEVEDO SERVIÇOS E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA, CNPJ n.º 17.215.437/0001-45, já devidamente qualificada no procedimento licitatório em epígrafe, com fulcro no art. 109 da Lei n. 8666/93, vem, respeitosamente à presença de Vossas Senhorias, por seu representante constituído, na forma da Legislação Vigente e de acordo com o Edital de Licitação, apresentar RECURSO ADMINISTRATIVO contra o ato da Comissão de Licitações que julgou vencedora a empresa OMEGA DISTRIBUIDORA DE CARMO LTDA do CNPJ Nº: 46.777.902/0001-30 por manifesta inexecuibilidade da proposta ofertada, o que faz pelos fundamentos de fato e de direito a seguir aduzidos:

PRELIMINARMENTE

Cumprir esclarecer, inicialmente, que o recorrente manifestou sua intenção de recorrer ao final da sessão de classificação e habilitação, conforme se depreende da respectiva ata da sessão, cumprindo o que prevê o art. 4º, inc. XVIII DA Lei nº 10.520/2002.

DAS SOLICITAÇÕES DO EDITAL

ANEXO I do TR - ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA

Item 2 – Computador desktop

- PLACA DE REDE WIRELESS: Suporte aos padrões 802.11 a/b/c/g/n/ac; Suporte a WPA/WPA-PSK, WPA2/WPA-PSK e WEP 64-bit e 128-bit; Operar na faixa de frequência: 2.400 a 2.483,5 e 5 Ghz;

2. DOS PONTOS DE DIVERGENCIA:

Inicialmente destacamos que a aceitação da proposta apresentada traz a este órgão público a incerteza de estar realizando a adequada aplicação de recurso público, haja visto que de acordo com a proposta apresentada, a mesma não atende no todo o que é solicitado.

Dentre os documentos enviados, destacamos que o catálogo do produto CONCORDIA I5-10400 mostra que o equipamento não possui atendimento do item PLACA DE REDE WIRELESS, pois foi ofertado o produto TP-LINK TL-WN781ND, produto este que tem frequência 2.400-2.4835GHZ somente e fica faltante a frequência de 5GHZ, já sendo um fator técnico suficiente para a desclassificação da referida empresa. Mas para tal comprovação estamos colocando a disposição o site do fabricante do equipamento por ora ofertado para fazer valer a alegação aqui afirmada, segue o mesmo abaixo:

<https://www.tp-link.com/br/home-networking/adapter/tl-wn781nd/#specifications>

3. DO DIREITO:

A decisão de classificar e habilitar a recorrida, além de causar prejuízo à recorrente, também traz prejuízo para a "ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA", face estar na iminência de aplicar o disposto no ART. 3º. Da Lei 8.666/93, que diz:

"Art. 3º. – A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes correlatos".

Logo, os princípios norteadores das Licitações foram os instrumentos escolhidos pelo legislador para assegurar a moralidade e a proposta mais vantajosa nas contratações da Administração Pública, sendo assim, acertadas as decisões da D. Comissão na desclassificação da proposta da Recorrida.

Abordando a Lei Federal 8.666/93 que em seu artigo 45 menciona que:

"Art. 45. O julgamento das propostas será objetivo, devendo a Comissão de Licitação ou o responsável pelo convite, realizá-lo em conformidade com os tipos de licitação, os critérios previamente estabelecidos no ato convocatório e de acordo com os fatores exclusivamente nele referidos, de maneira a possibilitar sua aferição pelos licitantes e pelos órgãos de controle".

Até este ponto, numa análise fática, já é possível concluir que os motivos levam a desclassificação da proposta apresentada pela recorrida.

A de se destacar que a Administração deve seguir de forma rígida as solicitações estabelecidas no certame, sob pena de infringir o princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:

XI - a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor;".

Neste sentido, dentre as principais garantias que cercam o processo licitatório (princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, isonomia, publicidade e eficiência), pode-se destacar a vinculação da Administração ao edital que regulamenta o certame.

Segundo Lucas Rocha Furtado, Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União, o instrumento convocatório:

é a lei do caso, aquela que irá regular a atuação tanto da administração pública quanto dos licitantes. Esse princípio é mencionado no art. 3º da Lei de Licitações, e enfatizado pelo art. 41 da mesma lei que dispõe que a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

Trata-se de uma segurança para o licitante e para o interesse público, extraída do princípio do procedimento formal, que determina à Administração que observe as regras por ela própria lançadas no instrumento que convoca e rege a licitação. Em outras palavras, pode se dizer que, "nada poderá ser criado ou feito sem que haja previsão no ato convocatório."

Como princípio específico da licitação, tem-se a vinculação ao instrumento convocatório. O instrumento, em regra, é o edital que deve definir tudo que é importante para o certame, não podendo o Administrador exigir nem mais nem menos do que está previsto nele. Por essa razão, é que a doutrina diz que o edital é lei interna da licitação, ficando a ele estritamente vinculada, conforme previsto no art. 41 da lei.

4. DO REQUERIMENTO:

Pelo exposto, concluímos que as exigências do edital devem ser cumpridas em sua totalidade e julgadas de forma objetiva. Assim sendo, tendo em conta o fato e contestação fundamentada acima, roga a recorrente para que seja julgado procedente o presente recurso no sentido de que seja desclassificada a empresa OMEGA DISTRIBUIDORA DE CARMO LTDA, por não atender ao requisito técnico já mencionado e por ofertar um modelo de equipamento que não atende ao edital. Determinar à Comissão de Licitação e Autoridade Superior que profira tal julgamento considerando as próximas propostas.

Nestes termos, pede deferimento.

Três Rios, 28 de Abril de 2023

R. P. AZEVEDO SERVIÇOS E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA

Fechar